

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015
RESOLUÇÃO TC 23/2015, DE 25/11/2015 – ANEXO VIII, ITEM 15



Documento Assinado Digitalmente por: CARLOS PORTELA CARLOS PORTELA CARLOS PORTELA CARLOS PORTELA CARLOS PORTELA
Acesse em: https://e.icepe.tc.br/...
ID do Documento: c77f0d0c-4233-4997-80e6-b64137807c24

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas do exercício findos em 31 de dezembro de 2015

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO** exerce o controle externo da Administração Pública auxiliando os Poderes Legislativos Estadual e Municipais, e tem como funções: Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado dos Municípios e das suas entidades da administração indireta, incluídas as fundações, fundos e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público, Estadual e Municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário Estadual ou Municipal. Exerce também a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos Poderes Estadual e Municipal.

Em 2015, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) alcançou os seguintes resultados que refletem a efetividade de sua atuação enquanto instrumento fundamental para a melhoria da gestão pública, a defesa do interesse social e o combate à corrupção, em benefício da sociedade:

1.1 – Benefícios Financeiros das ações de controle Externo

O TCE-PE retornou para sociedade o valor de R\$ 467.105.102,87 em benefícios financeiros. Em 2015, os valores das multas aplicadas e dos débitos imputados foram de R\$ 3.421.772,18 e R\$ 25.616.146,59, respectivamente. Já a economia potencial gerada pela atuação preventiva foi de R\$ 438.067.184,10. Os benefícios resultantes da atuação concomitante referem-se, sobretudo, a análises de procedimentos licitatórios. redução do preço máximo.

1.2 – Julgamento de processos:

Em 2015 o Tribunal julgou **10.416** processos, sendo **8.177** processos de Aposentadorias, Pensões e Reformas (APR) e **2.239** processos das demais modalidades (-APR). A meta estabelecida foi de 11.196 processos, sendo 2.154 (-APR) e 9.042 (APR).

O número de processos julgados ficou próximo do atingimento da meta estabelecida. Uma das razões para este desempenho abaixo do esperado foi o fato do TCE ter priorizado o julgamento de processos mais complexos e antigos. Dentro do Ciclo 2013-2018, 2015 foi o ano com a menor quantidade de processos julgados. No entanto, foi o período com a maior quantidade de julgamentos de processos de maior complexidade (incluídos no grupo de -APR, ou seja, processos das demais modalidades excluindo as Aposentadorias, Pensões e Reformas)

Em 2015, o “Índice de Processos Julgados Tempestivamente”, cuja polaridade é “quanto maior melhor”, atingiu o percentual de 67,62%, alcançando o desempenho de 101,93% em relação à meta, dando um salto de 8,47 pontos percentuais de dezembro de 2014 a dezembro de 2015. Uma das causas responsáveis por esta evolução foi a tempestividade dos julgamentos dos processos de Aposentadorias, Pensões e Reformas, beneficiados pela digitalização e pela tramitação eletrônica. Analisando a evolução deste indicador ao longo do Ciclo 2013-2018, o avanço é ainda mais evidente, com um incremento de 13 pontos percentuais entre dezembro de 2013 e dezembro de 2015

O “Tempo Médio dos Processos Julgados” calcula a média dos dias de permanência dos processos no Tribunal, da data de entrada destes processos até o dia de publicação da decisão, do acórdão ou do parecer. Em 2015, conforme este indicador, que possui polaridade “quanto menor melhor”, a média de permanência foi de 248 dias, bem próxima à meta estipulada (243 dias), o que resultou num desempenho de 97,94%. Apesar de não ter alcançado a meta, historicamente este indicador vem apresentando melhores resultados. Quando comparado com o mesmo período de anos anteriores, percebe-se que houve uma redução de 55 dias em relação a 2014 e de 114 dias em relação a 2013. Um dos motivos para este avanço foi a implantação do processo eletrônico para as modalidades de APR (Aposentadoria, Pensões e Reformas)

O indicador de “Idade Média dos Processos em Estoque” mede a média dos dias de permanência dos processos no estoque, ou seja, dos processos que ainda não foram julgados e publicados. Em 2015, conforme este indicador, que

possui polaridade “quanto menor melhor”, a média de permanência foi de 285 dias, um pouco superior à meta estabelecida (289 dias), o que resultou num desempenho de 101,38%. Quando comparado com o mesmo período de anos anteriores percebe-se que houve uma expressiva melhoria, com redução de 107 e 124 dias na média de permanência em relação aos exercícios de 2014 e 2013, respectivamente. O julgamento de alguns dos processos mais antigos no estoque do Tribunal contribuiu fortemente para este avanço

Com relação à publicação de processos, em 2014, registra-se o número de **12.277** deliberações publicadas atingindo um desempenho de **105%** no período. O tempo médio de publicação dessas deliberações foi de **08** dias.

O Tribunal de Contas, efetuou a capacitação de Servidores de Órgãos Jurisdicionados de 4.748 servidores, resultado bem superior ao definido como meta, alcançando um desempenho de 117,26%. Duas ações contribuíram de forma mais direta para este desempenho: a) Promoção de um grande número de capacitações relacionadas com o uso do processo eletrônico de prestação de contas. Estas capacitações foram oferecidas na modalidade EaD - Ensino à Distância. A Divulgação das capacitações de forma mais ampla e com boa antecedência. Analisando o desempenho deste indicador em 2013 e 2015, constata-se que houve um incremento na quantidade de servidores capacitados (2.433 servidores a mais).

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do exercício 2015 – Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração de Variações Patrimoniais – foram elaboradas em novos modelos, com base nas orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC, publicadas pela STN.

As Instruções de Procedimentos Contábeis são publicações de caráter técnico e orientador, com o objetivo de orientar os profissionais de contabilidade a partir da adoção das novas práticas contábeis aplicadas ao Setor Público, em cumprimento aos Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público nos termos da Resolução CFC nº 1.111/2007 e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às práticas da contabilidade pública adotadas no Brasil, lastreadas pela Lei Federal nº 4.320/64. Por ser o primeiro exercício financeiro em que os demonstrativos serão apresentados no formato exigido no MPCASP, não será feita a comparação entre dois exercícios. As principais práticas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades constantes na conta Caixa e Equivalentes de Caixa são avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são demonstradas o custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. As aplicações financeiras são indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário (“taxa DI” ou “CDI”), com prazo de vencimento inferior a 360 dias.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada a seguir:

contas	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e Bancos	7.864,86	80.389,59
Aplicações Financeiras	87.536.846,18	59.325.079,43
TOTAL	87.544.957,04	59.405.469,02

3.2 - Créditos e valores a curto prazo

Os créditos a receber correspondem aos valores a apropriar decorrentes de adiantamentos concedidos pelo TCE, em especial adiantamento de férias e de parcela de INSS relativa à gratificação de função recebida por servidores à disposição, no período de 1997 a 2009, de acordo com a legislação vigente, bem como a política de gestão de pessoas deste Tribunal. Os riscos de recebimentos de dívidas são estimados e reconhecidos em contas de ajustes, as quais se



3.6 - Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, compreendendo o registro de softwares. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos por produção própria, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico, deduzido da amortização acumulada, cujo cálculo é feito com base no tempo de utilização do respectivo software. Os saldos das contas contábeis são os seguintes:

Descrição	Saldo em 31/12/2015 (R\$)	Saldo em 31/12/2014 (R\$)	Taxa de depreciação
Softwares em uso	652.241,98	392.677,20	20%
softwares em desenvolvimento	429.914,50	342.610,50	20%
(-) amortização acumulada de bens intangíveis	(103.583,33)	(48.386,01)	10%
TOTAL	978.573,15	686.901,69	20%

3.7 - Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de contribuição previdenciária patronal para o regime de previdência próprio do Estado de Pernambuco – FUNAFIN, bem como para o INSS.

DESCRIÇÃO DA CONTA	Saldo em 31/12/2015 (R\$)	Saldo em 31/12/2014 (R\$)
consignações retidas sobre a folha de pagamento	3.789.404,19,	513.890,67

Variação de 71,4% em decorrência do não repasse das obrigações previdenciárias do INSS e do FUNAFIN em 2015, fato não ocorrido em 2014, além da elevação das retenções de IR a serem repassadas em 2016.

3.8 - Fornecedores, contas a pagar e obrigações fiscais a curto prazo

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

DESCRIÇÃO DA CONTA	Saldo em 31/12/2015 (R\$)	Saldo em 31/12/2014 (R\$)
Outras obrigações a curto prazo	1.765.104,58	463.939,70

3.9 – Demais obrigações a curto prazo

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de eventos passados e decorrentes de retenções junto à Folha de Pagamentos dos servidores e de pagamentos de fornecedores, feitas pelo TCE-PE, em favor de terceiros. Seu montante registrou até 31/12/2015 o valor de R\$ 7.993.646,63.

DESCRIÇÃO DA CONTA	Saldo em 31/12/2015 (R\$)	Saldo em 31/12/2014 (R\$)
imposto de renda retido sobre a folha de pagamento	7.993.646,63	6.926.275,79

Variação decorrente da elevação das retenções de IR, a serem repassadas em 2016.

3.10 - Provisão sobre folha de pagamento

Decorrem do reconhecimento de obrigação para com os servidores decorrentes de direitos legais, incluindo os encargos deles decorrentes, proporcionalmente ao período a que faz jus cada servidor público. São calculados proporcionalmente ao período em que o servidor tem direito e a remuneração que o mesmo percebe, incluindo ao encargos patronais deles decorrentes.

Descrição das contas	Saldo em 31/12/2015 (R\$)	Saldo em 31/12/2014 (R\$)
provisão de férias	27.023.123,39	29.311.506,65
provisão de férias - abono constitucional	2.739.466,90	4.301.781,82
provisão de licença prêmio	173.391.449,22	149.641.287,99
provisão de encargo patronal ao RPPS/INSS sobre férias	8.897.839,66	7.914.106,79
provisão de encargo patronal ao RPPS sobre licença-prêmio	40.942.543,49	40.403.147,75
TOTAL	252.994.422,66	231.571.831,00





3.11 – Ajustes de exercícios anteriores

O TCE-PE introduziu, durante o exercício, vários registros contábeis em consonância com os ditames estabelecidos nas Novas Normas Contábeis contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MPCAP), especificamente em relação ao ajuste patrimonial decorrente do inventário físico e na depreciação dos bens móveis.

Neste contexto, descrevemos contabilizações geraram os seguintes impactos negativos no Patrimônio Líquido da entidade:

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Saldo em 31/12/2015 (R\$)
Baixa Patrimonial de Bens Móveis em decorrência do Inventário Físico de 2014	5.549.201,44
Ajuste Depreciação Acumulada de Bens Móveis em decorrência do Inventário Físico de 2014	575.940,30
TOTAL	6.125.141,74

3.12– Resultado Patrimonial do Exercício

O resultado patrimonial do exercício foi positivo em R\$ 6.042.093,79, conforme demonstrado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). A seguir demonstramos os efeitos patrimoniais decorrentes da execução orçamentária, bem como o resultado não originário da execução orçamentária de receitas e despesas:

RESULTADO DECORRENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Saldo em 31/12/2015 (R\$)	Saldo em 31/12/2014 (R\$)
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	9.116.194,99	5.545.402,30
Transferências Intragovernamentais Recebidas	331.114.500,00	304.333.200,00
Exploração de bens e direitos e prestação de serviços	9.008.036,56	10.517,18
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	870.902,90	531.513,58
Remuneração a Pessoal	(226.855.477,90)	(205.597.812,39)
Encargos Patronais	(53.847.765,02)	(49.545.965,68)
Benefícios a pessoal	(14.496.141,81)	(12.630.442,37)
Uso de Material de Consumo	(1.066.674,70)	(1.479.926,61)
Serviços	(22.948.439,00)	(19.336.092,16)
Transferências e delegações concedidas	(2.126.026,35)	(176.904,00)
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	(1.563.785,29)	(770.532,27)
Resultado Patrimonial decorrente da execução orçamentária	27.205.324,38	20.882.957,56

Ocorreu uma variação de 64,4% no ganho decorrente da Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras em razão da alta na taxa da SELIC(base da remuneração) em 2015. Ocorreu elevação da receita decorrente da exploração de bens e direitos, em decorrência da licitação da Contratação de instituição financeira para processamento dos créditos da folha de pagamentos de pessoal do TCE/PE (PL 079/2015), no valor de R\$ 9.000.010,00. Houve uma variação de R\$ 1.949.122,35, decorrente de diversas doações de bens móveis efetuadas no exercício.

RESULTADO PATRIMONIAL INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Saldo em 31/12/2015 (R\$)	Saldo em 31/12/2014 (R\$)
Reavaliação de ativos	0	35.812.993,71
Ganhos(perdas) com alienação	(12.239,82)	37.718,18
Provisões sobre folha de pagamento	(19.899.463,05)	(32.563.613,50)
Depreciação e amortização	(1.251.527,72)	(1.008.030,34)
resultado patrimonial independente da execução orçamentária	(21.163.230,59)	2.279.068,05

Em 2015 houve uma redução de 39% na despesa com provisões sobre folha de pagamento, em razão de medidas administrativas efetivadas para que o servidor gozasse férias no período acordado, não postergando as mesmas.



3.13 - Cobertura de seguros

Face à natureza de suas atividades, à descentralização das suas instalações, a Instituição adota política de contratar cobertura de seguros com base no conceito securitário de “perda máxima provável”, o que corresponde ao valor máximo passível de destruição em um mesmo evento.

Dentro desse conceito, em 31 de dezembro de 2015, os ativos do TCE-PE apresentavam-se segurados contra sinistros (incêndio, raio, explosão, atos dolosos e impactos de veículos) em R\$ 68.234.446,88, conforme contratos TCE-PE/02/2015, 03/2015 e 078/2015, que incluem a apólice de seguro.

4 – Balanço Orçamentário

Demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. A sua estrutura evidencia a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As receitas são reconhecidas quando arrecadadas, pelo seu valor nominal, e classificadas em conformidade com a parte I e anexo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, que trata dos aspectos orçamentários.

As despesas são reconhecidas quando empenhadas, pelo seu valor nominal e classificadas em conformidade com a parte I do MCASP.

As receitas previstas e arrecadadas (executadas) estão em conformidade com a Lei Orçamentária Anual. As despesas fixadas representam o orçamento inicial com as alterações ocorridas no período, por meio de créditos adicionais e dos remanejamentos orçamentários. Já as realizadas (executadas) compreendem aquelas empenhadas e apresentadas por tipo de crédito e categoria econômica.

Neste demonstrativo, para evidenciar o equilíbrio ocorrido no período, são apresentadas as transferências financeiras concedidas e recebidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo. Essas transferências não se confundem com receitas, tampouco despesas, pois se referem apenas a movimentações financeiras, cujo orçamento já foi disponibilizado nas Unidades Gestoras deste Poder, no caso das recebidas, ou de outras unidades, para as concedidas.

4.1 - As receitas orçamentárias arrecadadas, consolidadas, considerando os duodécimos e repasses recebidos, totalizaram R\$ 350.238.705,61 representando um acréscimo de 5,3% em relação à receita prevista de R\$ 332.714.500,00, e 12,6% comparando-se à receita arrecadada no exercício anterior, cujo montante foi de R\$ 310.600.626,22. Destaca-se, do montante arrecadado, as receitas patrimoniais decorrentes de aplicações financeiras efetuadas por esta Entidade (R\$ 18.124.231,55).

4.2 - O déficit de previsão consolidado de R\$ 3.300.000,00 (comparativo entre a receita prevista e a despesa fixada) corresponde ao montante de créditos suplementares realizados com recursos do superávit financeiro.

4.3 – O resultado orçamentário do balanço consolidado (comparativo entre a receita e a despesa executada, considerando os duodécimos e repasse recebidos e concedidos) foi superavitário em R\$ 28.312.250,19, conforme detalhamos no quadro a seguir:

Resultado Orçamentário

Origem	Identificação	Valor (R\$)	Detalhamento
Receitas + Duodécimo	(a)	18.998.113,63	Receitas diretamente arrecadadas
	(b)	331.114.500,00	Duodécimo repassado pelo Executivo
	(c = a + b)	350.238.705,61	Receitas e duodécimo arrecadados
Despesa Orçamentária	(d)	321.926.455,42	Despesas executadas
Resultado Orçamentário	(e = c - d)	28.312.250,19	Superávit efetivo

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Documento Assinado Digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA CARLOS ALBERTO DE BARROS
Assinatura: http://epp/validaDoc.aspx?docId=770000-42407-acece-b663380024



5 – Balanço Financeiro

Demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamentária, conjugadas como os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e aos que se transferem para o exercício seguinte.

Recife, 04 de fevereiro de 2016.

ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA
CONTADOR RESPONSÁVEL- CRC-PE 16.709/O-5